

---

**EDITORIAL**  
**REVISTA GEOGRAFIA (LONDRINA)**  
**Volume 30, nº 2 – 2021**

Em primeiro lugar, nossos agradecimentos aos autores, avaliadores, editores de seção e bibliotecárias que permitiram, com seu trabalho, a publicação dos artigos que vêm a seguir. Em especial, e in memoriam, à professora Neli Aparecida de Mello-Théry, que nos auxiliou por vários anos.

Vamos, como de costume, fazer uma breve apresentação de cada texto publicado neste número. Entendendo que as mazelas sociais não possuem apenas o olhar de causa e efeito, mas sim de sobreposição dos processos dados num determinado espaço e tempo, o primeiro artigo busca levar luz à relevância e abrangência do conceito de vulnerabilidade. Analisando o conceito por meio de revisão bibliográfica, apresenta uma proposta de matriz do pensamento da vulnerabilidade urbana, entendida como a expressão máxima do ônus do processo de urbanização e como um resgate da visão transescalar.

A autora do artigo que vem em sequência discute a disputa pela terra urbana e os obstáculos à produção do direito à cidade e à moradia, tendo como recorte empírico e espacial o caso da Ocupação “Aparecidinha”, na cidade de Londrina-PR. Retomando a trajetória histórica da ocupação, procura identificar e compreender, a nível local, as relações de força entre diferentes agentes na produção daquele espaço, para análise das circunstâncias de realização dos direitos sociais e da resistência dos agentes sociais não hegemônicos frente às imposições dos processos de reprodução do capital no espaço.

Ainda com relação aos direitos sociais e seus aspectos espaciais, o artigo que segue estuda o processo através do qual a população em situação de rua obteve importantes conquistas, como a implantação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (2007), que possibilitou uma ação coordenada no território, a fim de garantir a efetivação de direitos, entre os quais o acolhimento institucional. No entanto, tais políticas enfrentam problemas na sua execução, inclusive sendo rejeitadas por parte do grupo a que se direciona. Diante dessa problemática, a partir da realidade do município de Campos dos Goytacazes/RJ, busca compreender como a população em situação de rua se relaciona com as políticas públicas de acolhimento institucional.

O objetivo do trabalho apresentado em sequência é discutir os desdobramentos econômicos e sociais decorrentes da participação da pequena cidade de Canitar (SP) na

cadeia produtiva que envolve o agronegócio da cana-de-açúcar. Em Canitar aproximadamente 85% da área municipal é ocupada por esse cultivo, e há uma expressiva concentração de terras e ausência de outras atividades econômicas agropecuárias relevantes. Em decorrência, a monocultura da cana-de-açúcar gera poucos empregos e renda insuficiente à população, o que se manifesta nas atividades econômicas urbanas, bastante restritas, configurando-se por uma estagnação econômica, que se revela também na manutenção dos serviços e infraestruturas básicas.

O texto seguinte discute as relações entre a infraestrutura de transportes e as transformações econômicas que se sucederam no Maranhão a partir do fim do século XX. Parte-se do ponto central de que os transportes são elementos fundamentais dos movimentos de “modernização” econômica vividos pelo estado desde então, como a expansão da fronteira agrícola, a implantação de grandes projetos minerometalúrgicos e, mais recentemente, agroindustriais.

O sexto artigo tem como objetivo esclarecer os conflitos que ocorreram durante o processo de ordenamento territorial no estado de Rondônia. O desenvolvimento feito pelo Estado brasileiro foi baseado no conflito de interesses de grupos migrantes que necessitavam de terras para trabalho e grupos indígenas que necessitam do meio para sobreviver, e que não foram ouvidos, na maioria das vezes. A alegada necessidade de proteção das fronteiras, ou do desenvolvimento econômico, resultou na extinção de algumas etnias e no aumento da debilidade de outras, que quase chegaram a ser dizimadas.

As Áreas Protegidas figuram como territórios demarcados cuja principal função é a conservação e/ou preservação da biodiversidade e/ou aspectos culturais importantes a elas associadas. O próximo texto tem por objetivo identificar e espacializar as Áreas Protegidas do Pampa – Argentina, Brasil e Uruguai, discutindo as terminologias adotadas por cada país e quantificando a extensão territorial de proteção dessas áreas para o Pampa.

Agora enfocando o acesso aos recursos naturais na Região Amazônica, o oitavo artigo, a partir dos dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra para o ano de 2018, associados à cartografia temática, buscou espacializar as tipologias dos conflitos ambientais e socioambientais e entender a relação destas com o acesso aos recursos terra-água em duas regiões hidrográficas (Itacaiúnas e Tocantins) no Estado do Pará, levando em conta os conceitos/entendimentos dos tipos de conflitos para os povos indígenas, ribeirinhos, pescadores e assentados da reforma agrária.

Entre os diversos indicadores que buscam mensurar as transformações antrópicas nas paisagens, o conceito de hemerobia define a intensidade das alterações na estrutura e função da paisagem decorrente das atividades humanas. O artigo em sequência, usando informações sobre uso e cobertura da terra da Região Geográfica Imediata de Belém/PA, quantificou, categorizou e analisou os graus de hemerobia dos 15 municípios dessa região.

A proposta do próximo artigo é avaliar o uso de pedoindicadores no processo de restauração florestal de áreas degradadas do município de Santo Antônio de Pádua-RJ. Para tanto, foram utilizados dados de fertilidade, análise de lâminas micromorfológicas e contagem total de bactérias e fungos em áreas distintas de degradação, de restauração (área restaurada de 15 anos e de restauração recente) e de referência.

A acelerada urbanização brasileira a partir dos anos de 1960 deixou marcas ambientais e sociais nas cidades. Muitos são os indicadores considerados quando se busca avaliar a qualidade ambiental urbana, sendo um deles as ilhas de calor urbanas. Nos estudos sobre esse fenômeno uma etapa considerada basilar é a divisão da cidade em áreas relativamente homogêneas, ou seja, que contenham características minimamente parecidas. Neste sentido, um procedimento que vem sendo utilizado nos estudos de ilhas de calor urbanas é a classificação de unidades climáticas. O décimo primeiro artigo discorre sobre os princípios das classificações climáticas urbanas e a proposta metodológica de Zonas Climáticas Locais (*Local Climate Zones - LCZ*).

A pesquisa enfocada a seguir tem como objetivo caracterizar e analisar a arborização viária no centro da cidade de Campo Mourão/PR, e a percepção dos moradores. O aporte metodológico teve por base levantamento quali-quantitativo das árvores por meio do aplicativo de celular Mapit, posteriormente inseridos no Google Earth Pro e exportados para o ArcGis para a elaboração dos mapas temáticos sobre a realidade arbórea do município. Os formulários foram disponibilizados para a população através da rede social Facebook.

Os avanços tecnológicos e a web 2.0 possibilitaram que qualquer indivíduo com acesso à internet possa gerar dados geoespaciais em plataformas de Informação Geográfica Voluntária, dada a velocidade com que estes dados são obtidos e as diferenças quanto aos mapeamentos de referência presentes em pesquisas de diferentes países, as quais tem investigado a qualidade das suas feições no intuito de estabelecer viabilidades em processos de integração. O artigo seguinte avaliou a qualidade de feições oriundas da plataforma do OpenStreetMap (OSM) através dos indicadores de acurácia posicional, acurácia temática e completude, tendo como área de estudo a cidade de Salvador – BA, para obtenção do potencial na sua utilização.

A formação dos primeiros professores de Geografia para atuar na escola secundária paulista é o tema do próximo artigo. Destaca o diálogo entre as orientações teóricas e metodológicas oferecidas pelo curso de formação docente em nível superior em Geografia (e História), ministrado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, entre os anos de 1934 e 1960.

Atualmente, os ambientes virtuais são importantes ferramentas de comunicação, aprendizagem e divulgação de conhecimento científico. Concluindo, o último artigo faz uma análise do projeto *Enfurnados e Informados*, uma série de lives do Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (GUPE). Com os dados coletados em formulários online, contendo perguntas abertas e fechadas, e dados estatísticos gerados pela plataforma YouTube, avaliou-se o impacto do projeto na disseminação de conhecimento científico e divulgação do patrimônio espeleológico.

Boa Leitura!

Junho de 2021

Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente – Editora-Chefe